

O DIREITO E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Autor(res)

Sumara Mirna Teixeira Teles
Felipe Silva Campos
Vamberth Soares De Sousa Lima

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O Direito, tradicionalmente baseado em normas estáveis, enfrenta o desafio de acompanhar a dinâmica tecnológica sem comprometer a segurança jurídica ou os direitos fundamentais. Exigindo respostas cada vez mais ágeis e equilibradas, o avanço das novas tecnologias vem transformando a sociedade, torna-se imprescindíveis que adaptações sejam realizadas no ordenamento jurídico, haja vista, que a relação entre Direito e tecnologia envolve desafios como proteção de dados, o uso da inteligência artificial e regulamentação de inovações. Deste modo, compreende-se que a falta de harmonização entre as legislações pode gerar insegurança, tornando-se, portanto, necessário que sejam estabelecidos parâmetros comuns na regulamentação.

Objetivo

O objetivo geral do presente estudo é discorrer sobre o impacto das novas tecnologias no Direito, diante de inovações como a IA generativa, e como as novas tecnologias desafiam o Direito.

Material e Métodos

Para o presente estudo, foi aplicado o método de pesquisas em fontes secundárias, coletando dados por meio de artigos, cruzando as informações obtidas, a fim de embasar a discussão sobre o tema em questão. Assim, entende-se que a implementação de novas tecnologias no Direito pode revelar desafios no Brasil, como a carência de infraestrutura digital em áreas menos desenvolvidas, restringindo o acesso à Justiça digital; além disso, a aplicação de IA em decisões judiciais levanta debates sobre transparência e possíveis vieses nos algoritmos.

Resultados e Discussão

Proporcionando maior eficiência, acesso à informação e novas formas de atuação, as inovações tecnológicas têm transformado a prática jurídica, dentre os principais avanços, destacam-se: a IA, o machine learning agilizando a pesquisa jurídica, além dos chatbots e assistentes virtuais que podem auxiliar no atendimento ao cliente, reduzindo custos operacionais, outra ferramenta que vem sendo utilizada é a tecnologia blockchain que oferece segurança e transparência em transações jurídicas, como por exemplo em contratos digitais, reduzindo fraudes e intermediários, dentre outras ferramentas que tem sido implantadas.

Entretanto, diante de diversas inovações, discute-se a necessidade de um direito mais flexível e adaptativo, capaz de acompanhar a velocidade dessas inovações sem se tornar obsoleto. Contudo, é essencial que as normas preservem direitos humanos fundamentais, evitando que o progresso tecnológico ocorra à custa da liberdade ou da dignidade individual.

Conclusão

O Direito deve evoluir em sintonia com as novas tecnologias, tornando-se necessário, que os operadores do Direito, ajuste-se às transformações e aprimore suas habilidades, visto que, os avanços tem sido constantes, e o futuro exige um Direito dinâmico, capaz de lidar com desafios ainda imprevisíveis. Além disso, a legislação brasileira precisa acompanhar as inovações evitando a insegurança jurídica. Logo, o equilíbrio entre inovação e garantias éticas será crucial para o futuro da advocacia.

Referências

BRASIL.[LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014].

Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em 04 maio.2025.

_____. [LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018]. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em 30 abr.2025.

Koetz, Eduardo. A corrida entre lei e tecnologia: Adaptando o Direito às inovações. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/416522/a-corrida-entre-lei-e-tecnologia-adaptando-o-direito-as-inovacoes>. Acesso em 30 abr.2025.

Koetz, Eduardo. O Direito e as novas tecnologias: qual a relação e impactos? Disponível em: <https://advbox.com.br/blog/o-direito-e-as-novas-tecnologias/>. Acesso em 30 abr.2025.